

APOSTAS ON-LINE

Anúncio tarja preta para bet

Fazenda publica regulamento mais rígido para a publicidade das jogatinas, com punições e mecanismos de fiscalização

» RAFAELA GONÇALVES

O governo federal dá mais um passo no processo de regulamentação do mercado de apostas on-line. O Ministério da Fazenda publica, nesta sexta-feira, duas portarias que endurecem as regras para publicidade das chamadas bets e ampliam os mecanismos de fiscalização e punição às empresas que atuam de forma irregular no país. As medidas fazem parte da estratégia do Executivo para reduzir os riscos associados às apostas esportivas, conter práticas consideradas abusivas de publicidade e reforçar o combate às plataformas sem autorização para operar no mercado brasileiro.

O anúncio foi feito, ontem, pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan. Segundo ele, uma das portarias determina que toda propaganda de apostas passe a exibir advertências obrigatórias do Ministério da Fazenda, em formato semelhante ao já adotado em campanhas de medicamentos, cigarros e bebidas alcoólicas.

Atualmente exibido de forma discreta, geralmente em notas de rodapé, o aviso sobre “jogo responsável” deverá ganhar maior visibilidade. Entre as mensagens que deverão acompanhar os anúncios estão: “apostar faz você perder dinheiro”, “apostar pode causar dependência” e “apostar não é investimento”.

A avaliação da equipe econômica é de que a publicidade do setor frequentemente estimula a percepção de que as apostas representam uma forma de ganho financeiro ou investimento, minimizando os riscos envolvidos. Com a nova regulamentação, o governo pretende

Bruno Peres/Agência Brasil



Ministério da Fazenda publica duas portarias determinando que propagandas tenham alertas como ocorre com anúncios de cigarro

tornar essas informações mais explícitas ao consumidor.

Outro foco das novas regras é o uso da credibilidade de jornalistas, comentaristas esportivos e especialistas para incentivar apostas. Segundo Durigan, parte da comunicação das plataformas acaba induzindo o público ao erro ao misturar a análise esportiva com mensagens promocionais, situação que ganhou visibilidade durante as transmissões da Copa do Mundo.

“Os comentaristas, os especialistas que comentam, tanto em

programas quanto jogos ou mesas redondas, têm, para algumas pessoas, um tom de autoridade, por que acompanham e se aprofundaram no estudo de determinado tema”, afirmou o ministro. Na avaliação de Durigan, essa autoridade pode influenciar diretamente o comportamento dos consumidores. “Ao passar uma recomendação, eles também induzem, com um grau de autoridade, que as pessoas joguem mais e se endividem mais”, acrescentou.

A segunda portaria, elaborada

pela Fazenda em conjunto com o Ministério da Justiça, amplia o cerco às plataformas ilegais. O texto reforça que empresas sem autorização para operar no Brasil permanecem proibidas de anunciar seus serviços e estabelece que veículos de comunicação, agências de publicidade e demais responsáveis pela veiculação de anúncios também não poderão divulgar casas de apostas irregulares. Segundo o ministro, a atuação contra as plataformas clandestinas seguirá sendo uma prioridade do governo.

Penalidades

As novas normas também endurecem o regime de sanções para empresas que descumprirem a regulamentação. De acordo com Durigan, as penalidades poderão incluir multas de até 20% do faturamento da operadora, suspensão das atividades por até 180 dias e, nos casos considerados mais graves ou de reincidência, a cassação definitiva da autorização para operar no mercado brasileiro.

O objetivo é elevar o custo do descumprimento das regras e aumentar a efetividade da fiscalização em um setor que passou a ser regulamentado recentemente, mas ainda enfrenta elevada presença de operadores clandestinos.

Ao anunciar as medidas, Durigan apresentou um balanço das ações já realizadas pelo governo para conter a atuação irregular no setor. Segundo o ministro, 56 mil sites de apostas já foram retirados do ar por operarem ilegalmente no país. Além disso, quase mil perfis de influenciadores digitais que promoviam plataformas irregulares também foram derrubados.

Outra frente de atuação tem sido o controle dos próprios apostadores. De acordo com o ministro, o governo já determinou a autotaxação de quase um milhão de pessoas que estavam em desacordo com as restrições previstas na legislação, mecanismo que impede esses usuários de realizar apostas em plataformas autorizadas.

A iniciativa ocorre em meio ao crescimento acelerado do setor, que tem atraído milhões de apostadores e ampliado a preocupação de autoridades com o endividamento da população, a ludopatia (vício em jogos) e a atuação de empresas clandestinas.

Com o novo pacote regulatório, a expectativa da equipe econômica é aumentar a proteção ao consumidor, reduzir práticas consideradas enganosas na publicidade e consolidar um ambiente de maior controle sobre um mercado que movimentava bilhões de reais por ano e cuja expansão acelerada passou a desafiar os órgãos de fiscalização.

»Entrevista | FERNANDA MACHIAVELI | MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

“70% das dívidas do Desenrola Rural eram inferiores a R\$ 10 mil”

» ALINE GOUVEIA
» RAPHAELA PEIXOTO

O governo federal espera solucionar o endividamento e o acesso a crédito de produtores rurais no país com o Desenrola Rural e uma medida provisória para renegociação de dívidas. Essa é a aposta da ministra do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiaveli. Ela defende que a MP apresentada pelo Executivo é uma proposta mais equilibrada e responsável do ponto de vista fiscal do que o Projeto de Lei nº 5.122/2023, considerada uma “pauta-bomba” aprovada pelo Senado Federal em junho.

Em entrevista ao **Correio**, a

ministra ressalta que o Desenrola Rural renegociou R\$ 2 bilhões em dívidas de agricultores familiares, neste ano, e que mais de 30 mil produtores aderiram à nova etapa da iniciativa, que permanece aberta até dezembro. A maior parte dos beneficiários tinha débitos considerados de pequeno valor. “Setenta por cento das dívidas eram inferiores a R\$ 10 mil. Estamos falando de pessoas que trabalham duro no campo e que, por conta de uma dívida pequena, estavam impedidas de acessar crédito novamente”, afirma. O governo argumenta que a proposta em discussão no Congresso Nacional teria impacto superior a R\$ 100 bilhões ao contemplar todos os produtores rurais, e não apenas aqueles afetados por eventos climáticos extremos. Confira os principais trechos da entrevista:

Raphaela Peixoto/CB/D.A Press



Importante dizer que a agricultura familiar tem uma tradição de pagar em dia. As nossas taxas de inadimplência são baixíssimas”

Qual é o balanço do Desenrola Rural até agora?

O Desenrola Rural, que é voltado para os agricultores familiares, iniciou lá em 2025, quando fizemos a primeira rodada. Nesse primeiro momento, 500 mil agricultores e agricultoras familiares aderiram e foram R\$ 23 bilhões renegociados. Em 2026, a partir do sucesso que foi a medida do ano passado, reabrimos a possibilidade da renegociação e, até o momento, já foram R\$ 2 bilhões negociados, e mais de 30 mil agricultores e agricultoras aderiram. Importante dizer que a agricultura familiar tem uma tradição de pagar em dia. As nossas taxas de inadimplência são baixíssimas e 70% das dívidas eram inferiores a R\$ 10 mil. Então, estamos falando de pessoas que trabalham

duro no campo e que, por conta de R\$ 10 mil, estavam com muita dificuldade de acessar o crédito novamente. Isso está solucionado, e vai até dezembro deste ano a possibilidade de fazer a regularização do crédito com descontos que vão até 90%.

Como estão as tratativas do Desenrola Rural para quem está adimplente?

O Ministério da Fazenda apresentou a proposta ao Congresso Nacional, que vai contemplar os agricultores familiares, mas também a agricultura empresarial, que teve perdas nos últimos dois anos relacionadas a questões climáticas, ou impactos de preço severos que ocasionaram então a incapacidade de manter o pagamento das parcelas. Para os adimplentes,

nós estamos propondo justamente a possibilidade de renegociar a dívida, pagando para os agricultores familiares uma taxa de 6% e fazendo esse pagamento ao longo de oito anos.

E sobre a outra proposta que tramita no Congresso, qual o impacto previsto?

O Congresso ainda está insistindo numa proposta que tem um grande impacto financeiro. Estamos falando de mais de R\$ 100 bilhões de impacto no projeto de lei que tramitam no Congresso e o governo federal apresentou uma outra proposta, equilibrada, responsável na parte fiscal, mas que também ajuda a resolver o problema da agricultura familiar, dos médios produtores, inclusive dos grandes, focando naqueles que

realmente tiveram perdas e que precisam de um amparo do governo do Brasil.

Quanto à reforma agrária, qual o tamanho da demanda, hoje, no país para titulação de assentamentos e como tem trabalhado para reduzir essa demanda?

Cadastramos mais de 100 mil famílias que se encontram acampadas em diferentes regiões do país. O primeiro estado é o Pará; o segundo, Mato Grosso do Sul; mas tem famílias acampadas em todas as regiões do nosso país. E o que a gente tem feito é um grande esforço de trazer essas famílias que têm perfil da reforma agrária, ou seja, famílias que estão no Cadastro Único (CadÚnico) e que têm vocação para a agricultura. Essas famílias

poderiam ser encaminhadas e incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária. Até o momento, incluímos 250 mil famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária durante a gestão do presidente Lula nesse terceiro mandato.

Quais são os obstáculos para a reforma agrária no país? É possível ampliá-la sem aumentar a tensão com o agronegócio?

A primeira coisa que é importante esclarecer sobre a reforma agrária é que ela é um mandamento constitucional, de que a terra tem que cumprir sua função social. Há também uma regra de que só podemos fazer a desapropriação pagando o valor de mercado da terra. Então, nenhum proprietário tem as suas terras desapropriadas

sem receber exatamente o valor que elas têm no mercado. Dito isso, a reforma agrária tem como seu principal obstáculo hoje o valor da terra, que mais que triplicou. E cada vez que a gente vai assentar um conjunto de famílias, precisamos fazer esse acerto. O segundo desafio que está colocado é justamente a capacidade operacional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Então, fizemos um concurso com mais de 700 servidores. Estamos agora chamando os 25% para que tenhamos as vistorias, as análises de preços, e possamos fazer o gerenciamento dessas famílias. Para o segundo desafio, que é a questão orçamentária, fazemos a obtenção de terras por vários meios e criamos o programa Terra da Gente, que destina imóveis de várias finalidades para a reforma agrária, imóveis públicos, terras públicas da União, que podem ser destinados para assentamento de famílias, e terras de grandes devedores. Esses são alguns dos caminhos, mas são mais de 17 possibilidades que trabalhamos para garantir essas terras.

Há previsão de novos acordos ainda para este ano?

Sim, estamos em negociações com um apoio muito importante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), do Ministério da Fazenda. Estamos sentados com vários grupos firmando acordos de adjudicação. Agora mesmo, estamos terminando um acordo que se refere ao grupo Atala, que a solução será por meio de permuta de áreas.

O governo brasileiro tem atuado para evitar novas tarifas dos Estados Unidos aos produtos brasileiros. Como o ministério tem ajudado e como a agricultura familiar pode ser impactada?

O programa Brasil Soberano conseguiu proteger a agricultura familiar, que é fornecedora de vários exportadores. Então, principalmente, a nossa produção de castanha, nossa produção de açaí, toda a biodiversidade tinha sido impactada, mas conseguimos reverter transferindo para outros mercados, como os europeus.